

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA

Pedro de Oliveira Valente

Nº de matrícula 9915392

Orientador: Luis Roberto Cunha

Junho de 2004

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA

Pedro de Oliveira Valente
Nº de matrícula 9915392

Orientador: Luis Roberto Cunha
Junho de 2004

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor Tutor”

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradecimento

Gostaria de agradecer aos professores que durante a graduação contribuíram para minha formação. Em particular gostaria de agradecer ao Prof. Gustavo Gonzaga pelo apoio e ao Prof. Luiz Roberto Cunha pela orientação, dedicação e conhecimento, que foram de grande importância para este trabalho.

Dedico este trabalho aos meus amigos e familiares, em especial à minha mãe Leila, ao meu pai Luíz e ao meu irmão Daniel.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1 – As origens da Industrialização Brasileira.....	7
I – A Expansão do Café.....	7
II – O Surgimento da Indústria no Brasil.....	12
2 - A indústria após a sua fase inicial e as políticas industriais nos anos recentes.....	16
I - O período de 1930 - 1979.....	16
II - A Década de 80.....	21
III -A Década de 90.....	24
3 - OS SETORES DE BENS DE CAPITAL E INFORMÁTICA.....	28
I – Bens de Capital.....	28
II -O Setor de Informática.....	34
Conclusão.....	38
Bibliografia.....	43

INTRODUÇÃO

O tema que será trabalhado na monografia é uma busca por uma visão completa da forma como foi conduzida a política industrial no Brasil. Por isso, será analisado de que forma se deu o nascimento da indústria nacional buscando conseguir, posteriormente, ter uma ampla capacidade de avaliação da evolução das políticas industriais adotadas no Brasil nas décadas mais recentes.

O debate sobre política industrial tem grande importância para a economia brasileira, porque pretende analisar de que forma em diferentes períodos da nossa história a indústria foi afetada pelas políticas implementadas pelo governo. Além deste fato, esse estudo pode nos mostrar se as políticas adotadas no passado foram eficientes ou não, e com isso extrair algumas lições para o debate de políticas industriais que serão implementadas futuramente no país.

Outro fator de importância para este trabalho é o debate sobre a forma como está sendo conduzida a política industrial em um cenário de maior abertura comercial iniciado na década de 90. Com isso é necessária uma boa compreensão das conseqüências que este fato gerou para a indústria nacional, para termos uma visão das necessidades existentes do setor, e com isso buscar os pontos principais a serem tratados em uma política industrial atual.

No capítulo I, foi analisado o contexto em que ocorreu a origem da formação da indústria brasileira. Para isso, será necessária a compreensão da forma pela qual uma economia que tinha como base à produção e exportação de produtos primários, gerou condições suficientes para que fosse possível uma transição para um maior grau de industrialização no Brasil.

No capítulo II, apresento a forma como a política industrial foi conduzida nas décadas mais recentes. Analisando as principais medidas adotadas nos diferentes planos desenvolvidos para o desenvolvimento industrial relacionando as com o cenário geral da economia para as diferentes épocas em que os planos foram adotados

Para o capítulo III, foi dado um enfoque setorial ao debate visto nos capítulos anteriores. Apresentando para os setores de bens de capital e de informática, de que forma as principais medidas adotadas impactaram sobre estes setores, que são de grande importância para a incorporação de tecnologia na produção das indústrias nacionais.

Na conclusão do trabalho foi analisada a visão do atual governo para a política industrial utilizando o documento de Diretrizes de Política Industrial, Tecnologia e de Comercio Exterior, mostrando de que forma está sendo conduzido o debate deste tema nos dias de hoje, colocando os pontos principais das propostas para atuação do governo na indústria.

Com isto, este trabalho pretende, além de estudar as políticas adotadas para a indústria, busca mostrar a importância de se ter um planejamento de curto e longo prazo para os diversos pontos ligados a indústria. Além disso, coloca também a importância da presença do debate sobre este tema para que se criem condições propícias ao desenvolvimento de um setor de grande importância para a economia brasileira.

1 – As origens da Industrialização Brasileira.

No primeiro capítulo serão analisadas as condições do processo de industrialização da economia brasileira, buscando suas origens na economia agrária exportadora do século XIX que era baseada fortemente na produção do café. Com isso este capítulo será organizado em duas seções. A primeira delas irá tratar da forma como ocorreu a expansão da economia cafeeira e quais foram as suas conseqüências, além de analisar um pouco mais de perto algumas das principais mudanças ocorridas com a expansão do café, que formaram a base das transformações capitalistas para um futuro maior desenvolvimento da indústria. Na segunda parte serão analisados os pontos da origem da indústria e as relações do desenvolvimento deste setor com a expansão da economia cafeeira.

I – A Expansão do Café

O estudo das origens da industrialização no Brasil deve ter como base uma análise da economia cafeeira do período, já que foi este o setor que gerou o acúmulo de capital e o desenvolvimento das relações capitalistas suficientes para que houvesse o aparecimento e desenvolvimento da indústria no Brasil.

A industrialização de uma economia que era baseada na produção e exportação de bens primários não ocorre naturalmente, por isso, esta transformação deve ser vista como a última fase de uma série de outras mudanças ocorridas na economia brasileira, em um processo de transição capitalista.

Na segunda metade do século XIX o comércio mundial teve um grande salto. Para o comércio brasileiro este período também foi bastante favorável, já que o preço do café apresentou-se em alta, além do fato do aparecimento dos navios a vapor, que facilitou o comércio de longa distância e conseqüentemente aproximou mercados em outros continentes para o Brasil.

Outro fator de grande impacto neste período foi o volume de capitais exportados. O Brasil absorveu, através de empréstimos externos principalmente vindo da Inglaterra, uma parte deste capital que teve um papel de grande importância no financiamento de imigração de mão-de-obra e na construção de infra-estrutura no período.

Durante as primeiras décadas do século XIX, as plantações de café se basearam na mão-de-obra escrava, que tinha como fonte as migrações internas de regiões como Minas Gerais e os escravos vindos da África. Mas este sistema parecia não poder se estender por muitos anos, já que a Inglaterra exigiu para o ano de 1830 que o tráfico fosse extinto para o Brasil, além de em 1845 ter sido aprovado em parlamento britânico a autorização para apreender navios que estivessem transportando escravos.

No Brasil o primeiro movimento nesta direção parece ter sido dado com a lei Eusébio de Queiroz, em 1851, proibindo o tráfico de mão-de-obra escrava para o Brasil. Mas esta lei somente não foi suficiente para que a produção do café, que era o principal produto da nossa economia e em 1840 já representava 40% do valor das exportações brasileiras, deixasse de ter como base a utilização de escravos em sua produção.

Isto se deve ao fato de que, antes de ocorrer uma mudança neste sentido, deveriam ocorrer condições na produção do café que permitissem a troca dos escravos por outra forma de trabalho. E também deveria ter uma fonte alternativa de mão-de-obra, que no momento não poderia ser atendida pelos camponeses ou pequenos proprietários de terra.

Com isso a solução que se apresentava de forma mais viável era absorver trabalhadores imigrantes. Sendo que, nas primeiras tentativas, o que se observou foi que a maioria destes trabalhadores já chegavam aqui contraindo dívidas referentes à viagem de seu país de origem até o Brasil. Esta dívida normalmente era feita com os próprios fazendeiros. A forma de contrato destes imigrantes com os proprietários de terra era de parceria, onde o dono da terra comprava apenas aquilo que era produzido, gerando assim uma condição de vida muito ruim para a maior parte destes trabalhadores.

Mas, mesmo com essa nova fonte de mão-de-obra, um problema ainda permanecia para a substituição do trabalho escravo. A condição que teria de ser resolvida era que a imigração em primeiro momento não gerava trabalhadores em massa para a produção do café. Além disto dado a forma como vivia a maioria dos trabalhadores que imigravam para o Brasil, acabou levando a reação de alguns países que proibiram a vinda de seus trabalhadores, gerando assim maior escassez de mão-de-obra.

Entretanto, este problema acabou sendo resolvido por volta de 1880, quando as condições geradas pela unificação italiana resultaram na imigração de milhares de trabalhadores italianos, que constituíram cerca de 65% da mão-de-obra que chegou ao Brasil

nas últimas décadas do século XIX, gerando assim uma condição para que se fosse construída uma base para a formação de um bom estoque de mão-de-obra.

Além dos fatos acima, algumas medidas que foram adotadas enfraqueceram ainda mais a utilização de trabalhadores em regime de escravidão. Um primeiro exemplo seria a lei de 1871, que permitia que os filhos de escravos não pudessem mais ser submetidos às mesmas condições de trabalho que eram dadas aos seus pais. Uma outra medida foi a lei aprovada em 1884, que permitia aos escravos que alcançassem a idade de 60 anos se tornarem livres, condição esta que, dada à baixíssima qualidade de vida que estes encontravam, não tinha uma significância quantitativa muito grande. Mas foi apenas em 1888 que a escravidão foi realmente proibida em território nacional, fato este que não levaria de forma direta a uma mão-de-obra assalariada.

Com isso, a expansão do café gerou uma série de mudanças na economia brasileira. Uma das conseqüências foi o deslocamento do centro produtor de café do país, que foi acompanhado de uma mudança das condições de trabalho, que passaram de escravas para assalariadas. Este deslocamento só se tornou possível graças a uma série de outros fatores, como a expansão das ferrovias e o desenvolvimento do setor financeiro. Dessa forma, torna-se necessário analisar em maior detalhe de que forma todas essas mudanças repercutiram na economia cafeeira.

Em primeiro lugar, será analisado de que forma uma mudança do centro produtor de café, que se deslocou do vale do Paraíba para as terras do oeste paulista, pode ter gerado uma mudança na forma de trabalho das plantações de café. O que se observava na época era uma posição, em relação às condições de trabalho, diferenciada entre as duas regiões. No Vale do Paraíba, por volta de 1880, seus cafezais não tinham mais a mesma produtividade e seu solo já se encontrava em péssimas condições. Por isso, dado que o preço do escravo tinha se elevado em grande escala devido às restrições de oferta causadas pelas condições que foram citadas acima, este constituía uma boa parte do ativo dos proprietários de terra daquela região. Por outro lado, o Oeste Paulista tinha como base a abundância de terra livres e produtivas. Dessa forma, a expansão do café se dava por um contínuo deslocamento de terra e por uma necessidade constante de absorver nova mão-de-obra. Por isso, para essa região, que se tornava o novo centro das plantações de café, o trabalho escravo pela sua condição de oferta limitada, não poderia ser uma condição para essa expansão e, com isso, a possibilidade de

trabalhadores livres seria uma boa alternativa, desde que, estes fossem suficientemente abundantes para atender a demanda destes cafeicultores.

O segundo ponto a ser estudado são as condições do trabalho assalariado. Para os trabalhadores, a forma de pagamento se constituía basicamente de uma base fixa somada a uma quantia variável referente à produtividade do trabalhador. Outra forma de remuneração encontrada era a autorização para a produção de produtos, principalmente de subsistência, entre os plantios de café. O período de contrato era na maioria das vezes de um ano, sendo que era bastante comum que os trabalhadores ao final deste período abandonassem as propriedades em que trabalhavam. Era gerada assim uma volatilidade muito grande, que agravava um cenário de constantes conflitos entre os fazendeiros e seus empregados, que buscavam melhorias nas condições de trabalho.

Outro ponto que deve ser destacado é que, com a passagem do trabalho escravo para assalariado, surgiu uma maior mecanização de algumas etapas da produção do café. Uma delas, e que tem grande importância na qualidade do produto final, é o beneficiamento do café. A mecanização desta etapa fazia com que o fazendeiro, usuário destas máquinas, conseguisse obter um preço mais alto no mercado pelo seu produto, devido à maior precisão com que este processo era feito e à melhoria das condições nas quais o produto chegava para venda, mesmo este tendo vindo de regiões do interior. Assim, gerava retorno suficiente para compensar o investimento inicial dos fazendeiros.

O último ponto que será analisado teve grande importância para o processo de deslocamento do centro produtor de café. Isto se deve ao fato de que, quando as expansões das plantações de café aumentavam, aumentava também a distância entre a produção e seu local de venda. Por isso, o transporte até então utilizado, que eram as mulas, não era mais capaz de acompanhar essa expansão das plantações de café. Assim, a introdução das estradas de ferro feita basicamente com capital inglês, cujo lucro era garantido pelo governo brasileiro, teve grande importância para a evolução das transformações na economia do café. É com ela que as distâncias de um país de proporções continentais foram estreitadas, tornando possível o escoamento do café mesmo em regiões do interior do Brasil, condição necessária para o avanço dos cafeicultores “pioneiros” de São Paulo.

Com todas essas transformações ocorrendo no café, fica claro que além do aspecto técnico estavam ocorrendo transformações sociais e, com ela, a formação de uma burguesia

cafeeira e do capital cafeeiro. E é este capital que acaba levando a formação de um sistema bancário mais desenvolvido, onde muitas vezes os bancos eram criados e administrados pelos próprios fazendeiros do café, que começavam a aparecer em outros setores, se afastando aos poucos do trabalho direto com as lavouras.

Com isso pode-se observar que o capital do café começava a “transbordar” para outros setores da economia, promovendo assim um maior desenvolvimento capitalista de nossa sociedade. Estas mudanças geradas pelo capital cafeeiro fizeram surgir no setor uma alta burguesia que começou a ter um papel político importante, tanto na área específica do setor como nos governos estaduais e federais.

O ponto citado acima pode ser facilmente notado se analisarmos um fato de grande importância para a economia da época, que foram as superproduções do café. Esta questão ocorreu desde a última década do século XIX. Sendo que as medidas inflacionárias inicialmente adotadas levaram a uma maior desvalorização da moeda nacional e, com isso, os dólares obtidos pela venda do café, conseguiam manter a renda dos cafeicultores em moeda nacional mesmo que o preço internacional do café caísse.

Mas não só os cafeicultores tinham sua renda dependente do câmbio. Por isso, essas desvalorizações tinham efeitos também em outras camadas da sociedade que devem ser analisados. Os dois primeiros setores que podem ser observados são os grupos de trabalhadores e uma pequena burguesia urbana. Para ambos, o consumo estava baseado em produtos importados e, por isso, uma deteriorização dos termos de troca acabava levando a um aumento do custo de vida para estas camadas. Outro setor da economia que poderia ser afetado é o próprio governo federal, que como já dito anteriormente, tinha adquirido grandes quantias de empréstimos em Libras sendo que, quando ocorria uma desvalorização, o pagamento de serviços da dívida externa aumentava automaticamente. Por isso, a questão do câmbio era um ponto chave na sociedade da época.

Os resultados das desvalorizações ocorridas no final do século XIX levaram a um ponto crítico da dívida pública e conseqüentemente ao *funding loan* em 1898, que demonstrava a insustentabilidade da política de acomodação da renda cafeeira através do câmbio.

Dado o quadro anterior e assumindo que a renda dos produtores de café era dado por $\{(P \text{ internacional do café} \times Q \text{ vendida}) \times \text{câmbio}\}$, como o preço internacional do café era

dado e a questão do câmbio, como vista acima, era inviável, a solução deveria ser encontrada na própria quantidade do café, que por se tratar de uma superprodução era a origem do problema.

Observando este cenário, em 1906, no convênio de Taubaté, foi estabelecida uma mudança na forma como seria encaminhada a política de defesa do café. Esta política era baseada na compra do excedente da produção pelo governo, financiamento da compra e estocagem do café por empréstimos tomados em bancos estrangeiros, um imposto cobrado nas sacas de café exportadas e uma tentativa de adotar medidas para desestimular a produção. Com isso, se assegurava que o conjunto de transformações capitalistas continuaria acontecendo. Um outro fato importante foi que essas medidas levaram a uma maior participação do capital estrangeiro privado em nossa economia, gerando um maior desenvolvimento bancário, que acabou melhorando as condições de crédito para a economia como um todo.

Esse desenvolvimento torna-se fundamental para o desenvolvimento da indústria nacional já que, ao ser declarada a primeira guerra mundial, o volume de comércio internacional e de capitais caiu bastante e os capitais antes investidos nessas atividades foram amplamente aplicados nesses bancos e serviram de financiamento para outras atividades.

II – O Surgimento da Indústria no Brasil

O período em que será analisado o surgimento da indústria vai do final do século XIX até 1929, e por isso tem como pano de fundo todo debate anteriormente apresentado pela expansão do café, que gerou o capital e as condições sociais suficientes para a formação da indústria. Por isso, a relação entre os dois setores se torna indispensável neste trabalho.

Para começar a nossa análise da industrialização brasileira, serão tratados alguns aspectos da burguesia industrial da época, cuja origem é baseada em imigrantes europeus. Um ponto ilustrativo deste fato foi citado em Sérgio Silva (1976), onde sobre este aspecto o autor coloca que em 1920, no Distrito Federal, 595 das 795 indústrias são de propriedades de estrangeiros. Mas essa burguesia não pode ser confundida com a massa de imigrantes que foram trazidos para trabalhar nas lavouras de café, e deve ser entendida como imigrantes

burgueses que já possuíam em seus países de origens alguma forma de capital, negócio ou já apresentavam alguma capacidade técnica, podendo ser considerado de certa forma da classe média européia.

Esta burguesia industrial, como colocado por Warren Dean (1971), ao chegar ao Brasil, começa o seu processo de acumulação através do comércio. Para ser mais preciso, essa acumulação foi feita através do grande comércio que estava diretamente envolvido com as atividades de importação e exportação, que dado suas origens, estes imigrantes não encontravam dificuldade de se tornarem representantes no Brasil de alguma empresa estrangeira. Atividade esta que, para o comércio interno, como vimos anteriormente, era bastante significativa, pois grande parte do consumo interno estava baseada nas importações, principalmente para as camadas médias urbanas.

Com isso, a acumulação de capital originada nestas atividades é bastante significativa e se encontra muitas vezes nas origens das empresas industriais a partir dos anos de 1880. Essa passagem ocorre com o maior desenvolvimento do mercado interno e com a limitação da capacidade de acompanhar este maior desenvolvimento das técnicas de transporte e de armazenagem encontrados na época.

Esse “buraco” vai abrir espaço para a necessidade de uma produção nacional, muitas vezes ocupado pelos próprios importadores e seu capital acumulado no comércio. A burguesia cafeeira também ajudou este processo com o seu capital acumulado pelas exportações de café.

A mão-de-obra da indústria nascente estava baseada na massa de imigrantes que veio para o Brasil no final do século XIX, que vieram para atender a demanda de trabalhadores da economia cafeeira. Para ilustrar esta questão citarei novamente Sérgio Silva (1976), onde ele coloca que em 1901 cerca de 90% dos trabalhadores operários são estrangeiros. Além de formadores de um mercado de mão-de-obra, estes imigrantes também contribuíram na formação de um mercado consumidor.

Com isso o nascimento da indústria se mostra cada vez mais parte de um processo de transformações capitalistas ocorridas no Brasil juntamente com o processo de expansão do café. Outro fator que fortalece ainda mais essa idéia é a própria localização das indústrias nascentes que se concentraram fortemente nas regiões do café, que eram as áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em relação ao aspecto setorial da indústria nascente brasileira, dois aspectos são bastante interessantes. O primeiro deles está no fato de que a produção nacional era em grande parte voltada para produtos de bens de consumo. O outro aspecto interessante está na questão dos bens de capital, que dado à forma com que a economia brasileira interagiu com o mundo, possibilitava o acesso à importação destes produtos. Este fato permitiu que o processo de industrialização pulasse etapas. Isso significa que a formação da grande indústria nacional poderia ocorrer sem que fossem geradas condições de produção de bens de capital nacional para isso, embora este setor apresentasse algum desenvolvimento principalmente por volta de 1920.

A relação entre o café e a indústria é tema de grande debate também na ligação existente entre os seus ciclos de expansão e depressão. Dois períodos são de grande importância quando analisado este aspecto, que são os períodos da 1ª guerra mundial e os anos de 1929-30, marcados pela grande depressão. Nestes dois momentos, o comércio internacional apresentou recuo e com isso, uma queda na renda da economia cafeeira. Por outro lado foi observado, em certo grau, um maior desenvolvimento da indústria.

Essa relação pode levar, em primeiro momento, a uma idéia de que esses dois setores apresentavam uma correlação negativa em relação aos seus desenvolvimentos. Contudo, essa primeira impressão pode ser enganosa. Em relação a este assunto, Warren Dean apresenta uma crítica na qual ele coloca que essa expansão da indústria, ocorrida em períodos de queda na renda do café, se devia em parte a uma oportunidade de ganhar mercados tanto interno quanto externo. Mas, por outro lado, a capacidade dessa indústria devido à queda da importação de bens de capital não se desenvolvia. Com isso, essa expansão existiu, mas foi limitada pela estrutura industrial existente no momento anterior à queda do comércio.

Em relação às políticas cambiais e fiscais adotadas na época, os interesses destes dois setores apresentavam um ponto comum, ou pelo menos não contraditório. Em relação à política cambial, o mesmo câmbio desvalorizado que era capaz de manter a renda dos cafeicultores também tornava os produtos de consumo importados mais caros e, conseqüentemente, abria espaço para a indústria nacional no mercado interno. Na área fiscal, os aumentos de impostos apresentavam três opções, que seriam os produtos exportados, a produção nacional e os produtos importados. A primeira opção implicava diretamente no café e, por isso, levaria a uma série de problemas gerados pela queda na renda desse setor. A

segunda iria favorecer fortemente os produtos importados gerando um desequilíbrio externo alto para o país. Com isso, a taxaço dos produtos importados parecia a soluço de maior viabilidade no momento.

Olhando para a relaço dos dois setores Sérgio Silva coloca:

“Concretamente, a reproduço do capital cafeeiro e das formas de subordinaço da economia cafeeira levam ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria que, por sua vez, está em contradico com a própria reproduço do capital cafeeiro e as formas de subordinaço da economia brasileira. Mais uma vez afastamos a noço simplista de contradico, segundo a qual as contradicoes internas do capitalismo levariam à sua própria destruico. Nem a subordinaço do Brasil na economia Mundial e o capital cafeeiro excluem a industrializaço, nem a industrializaço implica na destruico dos laços que unem o Brasil à economia mundial e muito menos ainda na destruico do capitalismo no Brasil. A industrializaço pode, simplesmente, levar a mudanças na formas de subordinaço associadas a transformaçoes do capitalismo no Brasil: por exemplo, a perda da posico dominante por parte do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral.”

Com isso fica estabelecida, de forma geral, a relaço entre a expansao do café e a maior industrializaço brasileira no período que vai do final do século XIX até o ano de 1930. Cabe agora analisar de que forma foi tratada a indústria nos anos posteriores. Com isso, a partir dos próximos capítulos serão tratadas, em diferentes períodos, as políticas adotadas para o desenvolvimento da indústria nacional.

2 - A indústria após a sua fase inicial e as políticas industriais nos anos recentes

Após uma análise da fase inicial da indústria, este capítulo busca traçar, nos diferentes períodos da economia brasileira, as políticas industriais que influenciaram o desenvolvimento da indústria nacional. Para isso, será dividido em três partes. Na primeira parte será discutido o período que vai dos anos de 1930 até o final da década de 70. Na segunda parte iremos falar das políticas adotadas na década de 80 e, por fim, a terceira e última parte terá como foco a década de 90.

I - O período de 1930 - 1979

Os anos da década de 30 e 40 marcaram o início de medidas adotadas para o desenvolvimento da indústria, que na prática tiveram um baixo significado. Neste período alguns setores foram alvos de ações específicas para o seu desenvolvimento, principalmente aqueles ligados à produção de bens básicos como aço e ferro. Porém, a utilização de medidas feitas de forma organizada e com objetivos claros de desenvolvimento industrial só ocorreu a partir da década de 50.

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), houve um grande avanço institucional, iniciado com a criação da Comissão Mista Brasil –Estados Unidos (CMBEU), que elaborou um diagnóstico dos principais problemas estruturais do Brasil e resultou na criação de um Programa Geral da Indústria (PGI), feito pelos órgãos CEPAL/BNDE e pela comissão de desenvolvimento da indústria (CDI).

No entanto, na primeira metade dos anos 50, as políticas de comércio exterior, financiamento, incentivo e regulação pareciam não apresentar uma coordenação. A proteção da indústria era feita através de controle administrativo do comércio exterior, e praticamente não havia incentivo para a exportação de bens manufaturados. Quanto às formas de financiamento, não havia uma oferta de crédito de longo prazo para investimentos no mercado privado, enquanto que, em relação ao financiamento público, a atuação do Banco do Brasil através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, financiou em grande parte os investimentos na agricultura, enquanto o BNDE, criado em 1952, teve o papel de

financiamento de projetos de infra-estrutura. Este período foi marcado também pelo início da regulação em áreas como investimentos diretos, preços, tarifas e mercado de trabalho.

Durante a segunda metade da década de 50, foram definidos pela primeira vez no Brasil objetivos e diretrizes de política industrial. Este fato ocorreu durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), quando foi implementado o plano de metas, seus pontos principais foram trabalhados por Wilson Suzigan e Annibal Villela (1997) e serão debatidos a seguir. Este plano foi de grande importância e era baseado na coordenação do investimento público e privado, tendo sua preparação amplamente apoiada pelas instituições criadas anteriormente já citadas acima, como a CDI e CMBEU. Outras instituições criadas na época foram a Carteira de Comércio Exterior do Brasil (CACEX) e o Conselho de Política Aduaneira (CPA).

No Plano de Metas, a estratégia política foi baseada em grupos executivos e em algumas agências, que davam a direção para as políticas industriais, independente do apoio do congresso. Neste plano houve uma proteção da indústria nacional feita através de múltiplas taxas de câmbio, barreiras não-tarifárias à importação, utilização da avaliação da existência de produtos similares produzidos internamente, entre outros. Além disso, iniciou-se um processo de incentivos para a exportação de manufaturados.

Em relação às formas de financiamento, ocorreu uma diversificação de instituições fornecedoras de crédito, baseadas no BNDE e em bancos regionais. Havia, além de uma política de incentivos fiscais fornecidos por grupos executivos e por agências regionais, uma política regulatória que começava a ser implementada através de licenças de investimento que eram concedidas pelos grupos executivos e pela SUMOC.

Um planejamento na área educacional também foi feito, com o desenvolvimento do CNPq e CAPES, que foram de grande importância, principalmente para o ensino superior e para o desenvolvimento de pesquisa nas universidades. Porém, não ocorreu uma melhoria do ensino de base.

Com isso, pode-se dizer que a partir da segunda metade da década de 50, o sistema de comércio exterior era protecionista e de incentivos à exportação. Esse sistema tinha como objetivos aumentar a proteção da indústria utilizando formas não tarifárias e estimular as exportações de manufaturados através de incentivos. As políticas de incentivos visavam

principalmente o investimento, o desenvolvimento regional, as pequenas e médias empresas e o maior desenvolvimento tecnológico, com incentivos à pesquisa.

Outro ponto importante nesse plano foi o diagnóstico de uma deficiência em infraestrutura, principalmente nas áreas de energia e transporte. Este fato levou a uma intensificação dos investimentos públicos neste setor, e com isso houve um grande avanço nesta área durante o período dos anos 50 –70. A tabela abaixo, encontra-se em Fábio Giambiagi (2001), e mostra a participação dos investimentos fornecidos aos setores da economia.

Setores	Participação no investimento Total (%)
Energia	43.4
Transportes	29.6
Indústria Básica	20.4
Educação	3.4
Alimentação	3.2
Total	100

Fonte : Lessa (1983). Livro Finanças Públicas, Fábio Giambiagi

Os anos 60 foram marcados, em sua primeira metade, por uma crise econômica causada pela elevada inflação e pelos crescentes déficits públicos e na segunda metade por uma crise política e pela adoção de um regime militar, que conduziu a uma série de mudanças na forma pela qual era conduzido o país, levando, inclusive, ao abandono do planejamento industrial. Neste período, as políticas econômicas estavam voltadas para a estabilização da economia, com a implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), em 1964, que visava conter o processo inflacionário e retomar o desenvolvimento econômico.

Nesse período o CDI, que tinha sido abolido em anos anteriores com a implementação do plano de metas, foi reagrupado e se consolidou até 1979 como a instituição que iria formular as diretrizes da política industrial.

No período de 1968-73, no qual ocorreu o chamado milagre econômico brasileiro, foi implementado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), coordenado pela CMN, tendo um caráter geral, onde as políticas industriais e tecnológicas ainda estavam em segundo

plano. Este fato foi mudado com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) ,em 1975, que foi a segunda grande experiência brasileira no sentido de buscar planos para a indústria. Novamente irei usar Suzigan e Villela (1997), para apresentar os pontos principais deste plano. Este plano foi coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e com isso mais investimentos públicos e privados estavam garantidos para a indústria. Neste momento observava-se, no cenário mundial, um período de crise gerado pelo primeiro choque do petróleo em 1973, e a forma como o governo brasileiro respondeu a esta crise gerou conseqüências importantes para o Brasil, principalmente em relação às finanças públicas e a dívida externa, que impactaram também na indústria. Essa análise encontra-se em Giambiagi (2001) e será debatida abaixo.

Esta resposta dada ao aumento do preço de petróleo, que levaria a um aumento dos preços internos, teve como base o não repasse deste preço para o consumidor. Com isso, o governo estava dando subsídio ao uso da energia e evitando como conseqüência , um possível aumento inflacionário e uma queda do nível de atividade nacional. Porém, estes subsídios implicavam em gastos do governo que foram financiados através de capital externo, dando assim início ao período conhecido como crescimento com endividamento, que iria ser utilizado durante o restante da década de 70.

Como o quadro político da época havia sofrido mudanças, como dito anteriormente, todo o poder poderia ser dado ao CDE, já que não seria mais necessário o apoio do congresso, que havia sido dissolvido.

Durante o II PND, o sistema de proteção do comércio para a indústria teve uma expansão. Para isso o governo contava com algumas ferramentas como mini-desvalorizações, controle de importações de forma não-tarifária, utilização do teste de similaridade de produtos nacionais, necessidade de requisições para as importações, margem de oferta de bens de capital produzidos internamente, controle de importações de computadores, entre outras formas de proteção. Em relação às exportações, houve a utilização de empréstimos subsidiados, créditos fiscais e programas especiais para o desenvolvimento das indústrias que atuavam no mercado externo. Os financiamentos subsidiados eram feitos através do BNDE para investimentos industriais e pelo CACE/FINEX para as exportações. Os créditos fiscais eram dados em programas setoriais específicos e na compra de bens de capital e de aço.

Em relação ao desenvolvimento do setor de tecnologia, houve a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDT), além da criação de vários outros programas através das superintendências regionais, como por exemplo a criação dos pólos petroquímicos.

É importante ressaltar também, que ocorria nesta época, uma regulação do governo em diversas áreas, como nas licenças de investimento, no controle de preços, no do mercado de trabalho e nos investimentos diretos.

Com isso, fica claro que o período compreendido entre a da década de 30 e o final dos anos 70, foi marcado por dois períodos principais de planejamento e desenvolvimento industrial, que foram o Plano de Metas e o II PND durante os governos de Juscelino e do Ernesto Geisel respectivamente. Em ambos os casos, o que se observou, foi uma tentativa de estimular a indústria nacional através de proteção de mercado e de grande intervenção do governo através de subsídios fiscais e de financiamento. Como resultado desse sistema, ocorreu um maior desenvolvimento da indústria, mas esse desenvolvimento apresentou problemas, como o protecionismo não seletivo da indústria, o não desenvolvimento da capacidade competitiva do setor, o não comprometimento contínuo de políticas industriais, a forte regulação e o fato de não ter sido desenvolvidas indústrias de alta tecnologia, que gerariam capacidade de inovação, condição básica para a competitividade da indústria nacional.

Em março de 1979, houve uma mudança no governo federal com a entrada de João Batista Figueiredo na presidência. Este ano foi marcado pelo fim do II PND e por uma série de dificuldades macroeconômicas, como o desequilíbrio no balanço de pagamentos e a crescente inflação, ocorridos em grande parte pelo impacto da crise do petróleo ocorrido em 1978. Com este cenário, ficava difícil a implementação de um plano industrial no lugar do II PND, já que todas as atenções estavam voltadas para o cenário descrito acima.

Na tentativa de resolver estes problemas, medidas fiscais e monetárias contracionistas foram adotadas. Além disso, a política industrial adotada anteriormente passou a ser um problema para o governo federal, devido aos altos gastos públicos que geravam desequilíbrio na contas do governo, além de a política de subsídios e incentivos fiscais estar sofrendo pressões internacionais para ser abandonada.

Porém, com a saída de Mario Henrique Simonsen do Ministério de Desenvolvimento e com a entrada de Antônio Delfim Neto em março de 1979, que permaneceria no cargo até 1985, as medidas de ajustes macroeconômicos adotadas anteriormente foram flexibilizadas e um III PND foi desenvolvido e submetido à aprovação em dezembro de 1979.

Neste plano, a linha principal, segundo Suzigan e Villela (1997), era fazer uma reforma nas tarifas de comércio e remover as barreiras não tarifárias. Com isso, as medidas adotadas foram a eliminação do crédito fiscal do IPI e do ICM para exportações de manufaturados, a eliminação dos depósitos pré-pagos para importação e uma redução dos créditos subsidiados para a exportação de manufaturados, ao mesmo tempo em que eram adotadas taxas de exportação para atividades agrícolas e de mineração. Além disso, havia o compromisso de reduzir o crédito subsidiado para firmas de pequeno e médio porte e a eliminação ou redução dos incentivos dados às taxas de importação. Porém, essas medidas tinham as suas exceções, como os incentivos dados na taxa de importações, que ainda poderiam ser obtidos através dos programas BEFIEX/CIEX, da zona franca de Manaus, em projetos de energia, SUNAMAM, projetos regionais desenvolvidos pela SUDENE/SUDAM, entre outros. Ocorria também, a manutenção de crédito fiscal dado aos compradores de bens de capital produzidos internamente.

Porém, essas medidas que funcionavam no sentido de desproteger o mercado interno, foram praticamente anuladas por uma desvalorização cambial ocorrida na ordem de 30%. Com isso, no final do ano de 1980, havia uma política mais expansionista e um câmbio desvalorizado. Porém, o governo adotou novamente medidas protecionistas para reverter o quadro de desequilíbrio, e com isso, houve uma reversão do quadro de medidas citado acima.

II - A Década de 80

Durante os anos da década de 80, o que se viu foram medidas adotadas com objetivo de ajuste macroeconômico e para a estabilização de preços. Por isso, não se observou na época uma política industrial. Além disso, o pacote de medidas macroeconômicas acabou tendo um impacto negativo sobre a atividade industrial. Porém, durante os anos 80, um grande debate sobre a política industrial tomou conta da sociedade. Debate este que teve grande impacto

sobre as políticas industriais adotadas na década de 90, resultando no final dos anos 80 na criação de uma nova política industrial, que só foi parcialmente implementada.

A década de 80, ficou conhecida como “A década perdida”, sendo observada neste período praticamente uma estagnação do PIB percapita e da produção industrial, alguns pontos sobre este período serão analisados abaixo e tem como base Wilson Suzigan (1992). O produto real da indústria cresceu apenas 3,6% em 10 anos, apesar de ter sido impulsionado por alguns setores da indústria como a indústria extrativo mineral, bens intermediários para exportação, bens de consumo não-durável para o consumo interno e pelo setor de informática. Este quadro, mostra que não houve uma mudança significativa na estrutura de produção industrial brasileira, podendo ser considerado como novo apenas o setor de informática, que com a não continuidade das políticas para o setor, acabou não gerando condições para o seu dinamismo e desenvolvimento.

A partir de 81, uma série de medidas macroeconômicas foram adotadas com impactos negativos na política industrial, e tiveram alguns pontos principais, colocados por Suzigan e Villela (1997), como a não adoção do III PND, a ausência de objetivos de políticas industriais e de práticas de desenvolvimento setorial, política macroeconômica restritiva, aumento dos incentivos à exportação e à importação, investimentos de longo prazo financiados pelo BNDE, volta de incentivos e subsídios para investimentos, forte regulação, queda de investimento em infra-estrutura e corte no desenvolvimento de ciência e tecnologia. Dessa forma, alguns desses pontos serão tratados abaixo, e estão em Wilson Suzigan (1992).

Os primeiros pontos que serão observados para indústria no período foram o fim dos investimentos que antes eram gerados pelo II PND e a crise do mercado interno. Com essa crise, a indústria passou a ver como saída o aumento da atividade com o mercado externo, feito através de incentivos, subsídios, compressão dos salários e desvalorização cambial. Essa expansão do mercado externo teve com ponto principal os setores de metalmeccânica, petroquímico, papel/celulose, têxtil e produtos de borracha.

Outro dado negativo da época foi a retração dos investimentos, que refletia um quadro de desequilíbrio das contas públicas, baixos recursos externos e uma baixa iniciativa das empresas privadas, que encontravam um cenário de grande incerteza da economia, gerando assim, dificuldades no planejamento de seus projetos. Além disso, os cortes de investimentos atingiram fortemente as empresas públicas e a área de infra-estrutura.

Quem sofreu também com a crise, foi o setor de desenvolvimento científico e tecnológico. O único ponto que pode ser considerado contrário a esta direção foi a ação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), que incrementou os recursos para bolsas de estudo e de pesquisas de tecnologia de ponta. Porém, os investimentos feitos estavam muito abaixo dos investimentos feitos pelos países desenvolvidos e da necessidade do país.

Em março de 1985 ocorreu o fim do regime militar. A inflação encontrava-se muito elevada, levando o país a lançar o plano cruzado em 1986, para evitar que ocorresse no país um cenário de hiperinflação. Com isso, a partir de 1986, o Brasil adotou diversos planos de estabilização, que apesar de apresentarem um sucesso inicial, durante a década de 80, não conseguiram conter a inflação. Os planos adotados na década de 80 formam o Plano Cruzado (1986), Plano Bresser(1987) e o Plano Verão(1989). Em consequência deste fato, houve um declínio do crescimento econômico levando assim a uma recessão da atividade industrial.

Com a transição política que estava ocorrendo no país, o debate sobre a política industrial foi intensificado na segunda metade da década. Dessa forma, para o governo de Tancredo Neves, foi desenvolvido o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, elaborado pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) que, porém, acabou não sendo efetivado.

Para o período dos anos de 88-89, ficava claro que deveria haver para a indústria um enfoque no crescimento da produtividade, no aumento da tecnologia, um maior investimento no setor de P & D e uma reforma na política comercial. O governo, então, anunciou a implementação da Nova Política Industrial (NPI), que tinha como objetivo melhorar a estrutura e a capacidade tecnológica da indústria, além de uma reforma institucional no setor.

Esta nova política industrial usou como instrumento a política de incentivos e uma reforma da política comercial. A política de incentivos funcionou de acordo com as metas deste plano e atuou nos setores de P&D, na manutenção de programas de incentivos do BEFIEX para as exportações e em incentivos especiais concedidos a setores específicos como na aquisição de bens de capital. A reforma institucional, citada acima, foi feita para administrar esse novo quadro de incentivos, e gerou uma grande concentração de poder na CDI, CACEX e na CPA.

A reforma da política comercial buscou uma maior liberalização comercial, através de uma reforma das tarifas e uma busca pela menor burocratização das exportações. O quadro

abaixo se encontra no livro *Industrial Policy in Brazil* de Wilson Suzigan e Annibal Villela, e mostra a evolução da média e do desvio-padrão das tarifas cobradas no período de 1987-89.

	Evolução das Taxas de tarifas Brasileiras (1987 – 1989) (%)		
	Pré – 1988	1988	1989
Média	51	40	35
Desvio –Padrão	26	17	20

Guimarães (1992:4)

Este quadro demonstra que realmente houve uma queda nas tarifas praticadas, após a implementação da reforma.

Com isso, na década de 80, a política industrial estava caminhando para uma mudança na forma com vinha sendo tratada até então. Porém o quadro de grandes dificuldades macroeconômicas fez com que as reformas não fossem adotadas neste período, transferindo-as para a década de 90.

III -A Década de 90

A política industrial neste período, se mostrava com o claro compromisso de desenvolver a liberalização comercial e uma maior competitividade da indústria nacional. No contexto político, a década de 90 se iniciou com o governo do presidente Collor, que após um processo de impeachment em 1992, deu lugar ao seu vice-presidente, Itamar Franco. O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu em 1994, e permaneceu no cargo por 8 anos. Nesta década, 3 planos de estabilização foram implementados, sendo eles o Plano Collor I, Collor II e o plano Real. Este último foi de grande eficácia, e levou a uma forte redução dos níveis inflacionários do país.

Em março de 1990 foi lançada uma medida provisória, indicando os objetivos de política industrial da época. Os principais pontos desta medida eram aumentar a renda real de forma sustentada, promover a desregulação e abertura comercial, além de buscar aumentar a

produtividade industrial. Este documento foi chamado de PICE (Política industrial e de Comércio Exterior).

Com o PICE, governo Collor estava implementando uma política industrial diferente das que foram observadas até então, onde o modelo de substituição de importações daria lugar a um outro modelo, o qual seria mais direcionado pelo mercado do que por ações diretas do governo.

As estratégias adotadas no PICE, segundo Suzigan e Villela, foram a redução das tarifas, eliminação dos incentivos, reestruturação competitiva da indústria, exposição da indústria nacional à concorrência externa e melhora da capacidade tecnológica da indústria. Para por em prática esses objetivos foram criados 3 programas principais, o Programa de Competitividade Industrial (PCI), Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e o Programa de Apoio a Capacitação Tecnológica da Indústria. Para o financiamento também foram criados o Programa de Financiamento à Exportação (Proex) e o Financiamento à Exportação de Bens de Capital (Finamex) no período 1991-1992. Com esses programas o governo Collor objetivava mudar o sistema de proteção e incentivos dado a indústria nas últimas décadas.

A política industrial contava também com a redução das tarifas cobradas dos produtos importados, incentivos fiscais, incentivos de financiamento através da eliminação do IPI para compra de novos bens de capital, incentivos na área de P&D, além de um programa de privatizações com o objetivo de modernizar o estado brasileiro. A questão cambial no governo Collor se caracterizava pela utilização de taxa de câmbio flutuante com alguma forma de intervenção, porém, sem uma regra pré-definida.

No entanto, como foi dito anteriormente, em 1992 o presidente Collor sofreu um processo de Impeachment dando lugar ao seu vice Itamar Franco. Nesse período de 92-94, ainda persistiam altas taxas de inflação e, por isso, foi lançado o Plano Real para o controle de preços. Este plano tinha como pontos principais um equilíbrio orçamentário, utilização da âncora Cambial, a adoção da URV como unidade de valor e posteriormente a adoção do Real como nova moeda. Por isso durante o governo de Itamar Franco, apesar da continuidade das medidas anteriormente citadas, poucas medidas de política industrial foram adotadas.

A combinação de uma taxa de câmbio sobrevalorizada e uma maior abertura comercial acabou levando o país no período de 95-98 a um crescente desequilíbrio externo,

devido aos déficits da balança comercial. Essa situação apresentou uma mudança com a desvalorização cambial ocorrida em 1999 e a adoção de um sistema de taxas de câmbio flutuantes.

Outro fator que apresentou mudança após a abertura comercial foi a produtividade da indústria, que obteve crescimento no período de 91-95. Este fato ocorreu, segundo Wilson Suzigan (2001), devido à resposta das empresas ao novo cenário externo, aos programas de incentivos a produtividade do governo, a desregulamentação para transferência de tecnologia, entre outros fatores. Além disso, Wilson Suzigan aponta a resposta da indústria à competitividade internacional como o ponto principal para o aumento da produtividade. Abaixo seguem algumas dessas respostas.

1) reestruturação produtiva, com redução do nível operacional implicando cortes de pessoal, de custos fixos e de administração; compactação de processos de produção e adoção de técnicas de *just in time* visando reduzir estoques; e terceirização de atividades e serviços auxiliares, transformando-os em fornecedores externos;

2) reestruturação administrativa e organizacional, com redução de níveis hierárquicos e descentralização, levando a processos gerenciais mais eficientes;

3) introdução de tecnologias poupadoras de trabalho e substituição de insumos produzidos no País por insumos importados, reduzindo a relação entre valor adicionado e valor da produção. Com a mudança do regime cambial e a desvalorização do real no início de 1999, reverteu-se a tendência de substituir insumos nacionais por importados, voltando assim a aumentar a relação entre valor adicionado e valor de produção.

Este foi o quadro observado durante a década de 90. Este período foi de grande importância para a reformulação da forma com era tratada a política de comércio e as formas de proteção à indústria. Por isso, atualmente existem novos desafios para a política industrial, que deve se adaptar também a este novo cenário, de forma a gerar condições suficientes para que a indústria possa se desenvolver

No próximo capítulo, será desenvolvida uma análise sobre dois setores de grande importância para a indústria e a sua capacidade produtiva. Esses dois setores são os de Bens de

capital e o de informática. Ambos apresentam uma grande oportunidade de gerar melhorias e desenvolvimento do processo de produção e são essenciais para que a indústria nacional possa se tornar cada vez mais competitiva. Além disso, estes setores podem gerar condições para que a indústria possa responder a maiores demandas, tanto internas quanto externas, gerando assim, um saldo positivo para a produção industrial.

3 - OS SETORES DE BENS DE CAPITAL E INFORMÁTICA

Os setores de informática e de bens de capital têm em comum um importante fator, a tecnologia. Por isso, analisar a forma como foram tratados estes dois setores, acaba tendo como pano de fundo um debate sobre a incorporação de tecnologia na indústria nacional. Este capítulo tem como objetivo estudar, principalmente para os períodos em que ocorreram políticas industriais, as medidas que foram adotadas para o desenvolvimento destes setores. Por isso, o capítulo será dividido em duas seções. A primeira será sobre o setor de bens de capital e na segunda seção será analisado o setor de informática.

I – Bens de Capital

Para começarmos a estudar o setor de bens de capital, é importante saber a forma como estes bens podem ser classificados. Segundo a classificação do IBGE, os bens de capital podem ser divididos em 4 gêneros: Metalurgia, Material de Transporte, Mecânica e de Material Elétrico e de Comunicações.

O ponto de partida para o estudo dos bens de capital serão os anos da segunda metade da década de 50, período de início de uma maior coordenação de políticas voltadas para a indústria, como visto no capítulo anterior.

Neste período, várias medidas foram adotadas e tiveram impactos sobre o mercado de bens de capital. No livro “A Indústria Brasileira de Bens de Capital” (1979) de Luiz Corrêa do Lago, Fernando Lopes de Almeida e Beatriz de Lima, os principais pontos deste período foram analisados e serão estudados abaixo.

Durante esse período se observaram medidas como a simplificação das taxas de câmbio, passando de 5 categorias para 2, sendo que para o setor de bens de capital a taxa de câmbio se encontrava mais valorizada, facilitando a importação destes bens. A estrutura fiscal na época foi usada como forma de proteção para a indústria, porém, no setor de bens de capital a política governamental foi mais liberal. A taxa de imposto paga para a importação destes bens raramente excedia os 10%, com isso, não se observa para o setor uma proteção como foi feita para outros produtos da economia.

Outro fator importante para o setor de bens de capital foi a criação dos Grupos Executivos. O primeiro deles foi o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), que teve um papel inicial importante para o setor de bens de capital, não só pelo desenvolvimento de uma indústria automobilística nacional, criando assim um mercado de bens de capital, como também pelo estímulo que este fato gerou para a entrada no país de outras indústrias produtoras destes bens. Após a criação do GEIA, outros grupos também foram criados, como o GEICON (Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval), GEIMAPE (Grupo Executivo da Indústria de Mecânica Pesada) e o GEIMAR (Grupo Executivo da Indústria de Tratores e Máquinas Rodoviárias).

Ocorreu também nesta época, como visto anteriormente, um grande investimento em infra-estrutura, com financiamento pelo BNDE. Apesar de grande parte dos bens de capital utilizados nestes investimentos terem sido importados, em uma pequena parcela foram utilizados bens produzidos internamente estimulando a produção nacional.

Durante a década de 60, como dito anteriormente, o cenário de crise política e econômica colocou a questão da política industrial em segundo plano. Porém, no setor de bens de capital durante o período de 1964-67, ocorreram mudanças importantes referentes às formas de atuação do governo. Um importante fator foi a criação da CDI. Embora esta só tenha apresentado resultados mais significativos na década seguinte, sua criação foi um importante avanço institucional para o estímulo de investimento na indústria .

A questão cambial também apresentou mudanças, com uma redução das diferenças entre as taxas utilizadas para a compra de bens de capital que, embora tenha sofrido uma desvalorização significativa, ainda se encontrava sobrevalorizada. Em relação à estrutura tarifária, o cenário apresentado anteriormente não sofreu grandes alterações, podendo se considerar novamente como um período de pouca proteção comercial para o setor.

Em relação às formas de financiamento ocorreram mudanças importantes após 1964, no setor financeiro, proporcionando uma melhor oferta de crédito para a indústria, principalmente após 1968. Do lado governamental, a criação da Agência Especial de Financiamento (FINAME) e a maior atuação do BNDE em empréstimos para o setor privado, geraram uma importante fonte de financiamento para a demanda de bens de capital, além da

atuação de outras instituições, como o Banco do Brasil para compra de máquinas agrícolas e o EMBRAMEC, fornecendo capital para as empresas produtoras de bens de capital.

O período de 68-73, foi marcado pelo grande crescimento da economia e, por isso, houve uma grande demanda por bens de capital, tanto aqueles produzidos internamente como os importados. Neste período, a CDI se consolidou formalmente como o órgão responsável pela implementação da política industrial, concedendo incentivos para o setor de bens de capital, como a isenção de impostos sobre a importação destes bens. Esses benefícios foram amplamente expandidos neste período e gerou um grande número de importações de bens de capital no início da década de 70.

Em relação aos financiamentos, criou-se o programa de financiamento de longo prazo através da FINAME, que diferentemente do programa citado anteriormente, possibilitava a compra de bens de capital de grande porte com prazo de financiamento de 8 anos. Em outubro de 1972, um novo programa de financiamento concedeu empréstimos com prazo de 15 anos e com taxas de juros baixas, sendo de grande importância na aquisição de bens de capital de grande porte. Porém, observou-se na época uma grande utilização de capital externo como forma de financiamento da compra de bens de capital.

Neste contexto, a política cambial a partir de 1968 sofreu alterações com a introdução das minidesvalorizações, aproximando a taxa de câmbio ainda mais das taxas de câmbio utilizadas nas transações financeiras. A questão tarifária novamente não foi um fator limitante para o comércio de bens de capital.

Ocorreu também neste período, uma atuação governamental em programas de expansão de setores básicos da economia, que levou a uma grande expansão da demanda de bens de capital, como no caso do plano siderúrgico nacional aprovado em 1968. Apesar disso, a indústria doméstica teve sua participação limitada pela forma de financiamento, que, apesar do avanço observado na época, ainda se encontrava fortemente baseada no financiamento externo.

A atuação do governo foi importante em diversos setores da indústria. Esta atuação pode ser observada na indústria petroquímica, com a criação da PETROQUISA, na indústria naval e na indústria aeronáutica, com a criação da EMBRAER em 1969. Esses investimentos de forma indireta ou direta, levaram ao crescimento do setor de bens de capital no período, juntamente com os fatores colocados acima.

A partir de 1974, os incentivos concedidos para importações pelo CDI foram reduzidos devido ao novo objetivo para o setor de bens de capital dado pelo II PND e também pela necessidade do governo reduzir seus déficits na balança de pagamentos. Nesse período, a CACEX teve o papel de avaliação de similaridade de produtos nacionais para a concessão de incentivos, que visou aumentar a participação dos bens de capital produzidos internamente na economia. Porém, as importações de bens de capital ainda eram, em parte, estimuladas pela BEFIEX, que concedia isenção de impostos para a importação de bens de capital desde que o importador estivesse comprometido com uma atividade de exportação.

A partir de 1974, o BNDE ampliou fortemente seus recursos tendo como fonte a transferência de recursos obtidos do PIS/PASEP. Com isso, neste período, a atuação da FINAME foi ampliada, financiando cerca de 80% do valor do equipamento adquirido e mostrando, assim, a grande importância dada pelo II PND ao setor de bens de capital. Outro fator de atuação do governo no setor de bens de capital foi a criação, a partir de 1975, dos Núcleos de Articulação com a indústria (NAIs), que tinham como objetivo estimular a produção nacional de bens de capital através de compras feitas pelo governo, que garantiam uma demanda para as empresas nacionais.

Além disso, o governo federal estimulou a produção de tecnologia nacional através da atuação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), compras estatais, formação de recursos humanos e da organização da infra-estrutura científica e tecnológica.

Sendo assim, o cenário encontrado na década de 70 para a indústria de bens de capital era de forte crescimento estimulado em grande parte pela intervenção governamental. Mas este modelo teve uma alteração no final da década de 70 com os problemas encontrados na economia, como os crescentes déficits do governo e o desequilíbrio do balanço de pagamento. Essas mudanças de forma geral já foram trabalhadas no capítulo anterior.

Na década de 80, então, começa uma fase de alterações da política industrial, ocorrendo reduções nos subsídios e incentivos concedidos pela CDI. Para o governo, o ponto de maior importância no momento foi o controle inflacionário, e conseqüentemente o controle do desequilíbrio fiscal. Dessa forma, o BEFIEX se tornou a única fonte de incentivos dados para a importação de bens de capital, atuando também como incentivador para a compra de bens de capital nacional.

No período de 1980-84 foram estabelecidos limites de quantidade para a importação de bens de capital, cenário este que foi mantido durante a segunda metade da década de 80, com o objetivo de ajustar o desequilíbrio externo da economia brasileira. Na década de 80, ocorreu também uma redução de recursos destinados ao BNDE, além de uma mudança da prioridade dos recursos disponíveis, que agora estavam concentrados nos setores de agricultura e exportação. Este quadro pode ser observado na forma de atuação do financiamento concedido pela FINAME, mudando o percentual da sua participação na compra de bens de capital de 80% para valores entre 50% e 60%. Nesta época, o BNDESMAQ foi criado como forma de complementar os financiamentos concedidos pela FINAME.

Durante a década de 90, o cenário já descrito no capítulo anterior, foi de abertura comercial e de redução de incentivos e da atuação do governo de uma forma geral. Com isso a política industrial passou a ter um papel diferente no estímulo e desenvolvimento da indústria.

Um fator que teve grande importância foi a implementação do Programa Nacional de Desestatização em 1990, Segundo Giambiagi (2000), esse programa tinha como principais objetivos o reordenamento estratégico do estado na economia, a redução da dívida pública (que seria feito através das receitas obtidas com a venda das empresas), a retomada dos investimentos nas empresas privatizadas que dado a deteriorização das finanças públicas o estado não conseguia mais fazer-los, a modernização das empresas e o fortalecimento do mercado de capitais com o lançamento de novas ações no mercado. A partir de 1995 uma nova fase de privatizações se iniciou, tendo agora como alvo as empresas de serviços públicos, como os setores elétrico e de telecomunicações.

Em relação aos investimentos feitos na indústria durante o período de abertura comercial, a tabela abaixo mostra que o investimento em bens de capital teve grande aumento no período, mesmo em um período de incerteza. Esta tabela demonstra também que o coeficiente de bens importados cresceu de forma superior ao aumento da produção interna de bens de capital, já que o câmbio valorizado facilitou a compra de bens de capital importados.

Tabela I
Taxa de Investimento, Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF)
e Investimento na Indústria

Discriminação	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
Taxa de Investimento (preços de 1980) (% do PIB)	15,2	14,0	14,4	15,2	16,7	16,5	17,9	17,5	16,1	15,7
Taxa de crescimento da FBKF (em %)	-1,8	-8,6	7,2	12,5	13,7	2,5	12,4	-1,8	-7,0	nd
Prod. Física de Bens de Capital (Base : 1991=100)	100	93	102	121	122	104	109	108	98	111
Coef. de Importação de Bens de Capital (em %) (*)	13,5	14,4	17,0	26,1	36,9	52,0	65,5	63,8	63,3	57,6
Índice de Investimento na Indústria (Base: 1991 = 1) (**)	1,00	0,95	1,02	1,26	1,58	1,78	2,42	2,17	1,93	2,00

Fonte: Ipeadata e Boletim de Política Industrial n°13, abril de 2001.

Obs.: (*) Importação/Consumo aparente de bens tipicamente industriais (preços de 1985) (Ipea/Diset).

(**) Consumo aparente de bens de capital tipicamente industriais (Ipea/Diset).

Outro fator que sofreu alteração durante a década de 90 foram as formas de financiamento, sendo estas discutidas abaixo com base no texto de Irima da Silveira (O setor de bens de capital, BNDES) . Em 1991 foi implementado o programa FINAMEX (sendo este denominado a partir de 1997 de BNDES-EXIM), que era direcionado para o financiamento da produção de máquinas e equipamentos destinados a exportação. Houve também a expansão do programa FINAME agrícola para pessoas físicas e a utilização por parte do BNDES de capital externo para a importação de equipamentos. Em 1995 foi criado o programa de Leasing da FINAME. Em 1999, após a desvalorização cambial, a FINAME com o objetivo de não deixar que ocorresse uma queda no investimento em máquinas e equipamentos, ampliou para os anos seguintes as formas de linha de crédito e ampliou seu apoio às micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas.

Com isso, foi discutido de forma ampla, para os diferentes períodos da economia brasileira, o cenário do setor de bens de capital, que tem a importante função de desenvolver a capacidade produtiva da indústria nacional, fazendo deste setor um ponto chave para o debate de uma política industrial nacional que busque um maior desenvolvimento dos nossos fatores de produção.

II -O Setor de Informática

A segunda parte deste capítulo, irá tratar do setor de informática, sendo este um setor novo que está associado com a incorporação de tecnologia em diversas etapas do setor produtivo.

Este mercado, que no início da década de 70 ainda estava bastante associado à importação, no final deste período sofreu mudanças com a determinação de uma reserva de mercado para empresas nacionais, com o objetivo de desenvolver este tipo de tecnologia internamente. Em 1977, a reserva de mercado se iniciou para minicomputadores e em 1981 já tinha se expandido para outros produtos de grande importância como microcomputadores e informática.

No início da década de 70, o setor brasileiro apresentou uma expansão significativa alcançada através do investimento educacional feito na formação de engenheiros e especialistas. Para William R. Cline (1987), a política de informática adotada pelo governo brasileiro na década de 80, teve como ponto de partida dois fatores importantes. O primeiro foi a questão da segurança nacional, que o governo militar na época considerava importante, principalmente após a maior modernização de equipamentos militares que apresentavam minicomputadores e após o início do programa nuclear brasileiro em 1972. O segundo ponto foi o resultado do choque de petróleo ocorrido em 1974. Com isso, a substituição de importações se tornou argumento bastante utilizado para o ajuste no balanço de pagamentos.

Em 1974 o governo criou a COBRA (Computadores Brasileiros S/A), sendo esta a primeira empresa brasileira para a produção de computadores. A COBRA, segundo Cline, foi bem sucedida em seu papel, embora inicialmente tenha operado com prejuízo. Porém como as importações continuavam crescendo neste período o governo através da CAPRE (Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, criado em 1971), resolveu por motivos já mencionados acima, como resultado do choque do petróleo, restringir as importações e controlar a produção nacional e as compras feitas pelo governo.

Com a entrada no governo do General Figueiredo em 1979, a CAPRE foi substituída pela Secretaria Especial de Informática (SEI) que manteve a estratégia de gerar proteção para o mercado interno. Dessa forma, a política utilizada para a informática na época seguiu a linha

de substituição de importações e de teste de similaridade nacional que foram usados para diversos setores da economia.

Em 1984, com o fim do regime militar, houve a necessidade de formalizar todas as medidas adotadas anteriormente pelo regime militar que foram feitas através de atos normativos. Com isso, em outubro de 1984, foi aprovada pelo congresso a lei de informática. Esta lei manteve novamente as políticas que estavam sendo utilizadas no período e teve como pontos principais, analisados por William Cline (1987), a manutenção do controle de importações por um período de mais 8 anos, sem assumir nenhum compromisso com a maior liberalização do mercado após este período, a limitação da participação acionária estrangeira em empresas nacionais de informática em 30%, a criação do Conselho Nacional de Informática e Automação (CNIN) e o deslocamento da SEI da agência de segurança para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Além destes pontos citados, a lei de informática buscou também incentivar a produção nacional com incentivos fiscais dados a empresas que investiram no setor de informática.

A lei de informática e a forma como o assunto foi tratado durante o período da década de 70 e 80 sinalizava o sentimento de que o Brasil não poderia ficar com um papel de somente de absorção desta tecnologia vinda do exterior. Durante o regime militar, este fato foi desenvolvido como uma questão de segurança nacional e, após o regime, como um condição para que o país conseguisse desenvolver um setor de tecnologia de grande importância.

Os resultados desta política foram colocados por Wilson Suzigan e serão discutidos abaixo. Para Suzigan, esta política teve pontos positivos e negativos. Como pontos positivos podemos destacar o rápido crescimento do setor de informática nos anos 80, a presença majoritária de empresas nacionais, a criação de cerca de 70 mil empregos diretos no setor sendo 24 mil de nível superior e o alto nível de gasto em P&D feito pelas empresas. Porém, ocorreram também pontos negativos, como a falta de ligação do setor de informática com as outras indústria do complexo eletrônico, o não desenvolvimento da indústria de microeletrônica, a falta de atenção dada à questão do software, a falta de uma política de exportação, a política feita de forma não seletiva e também a falta de apoio da área econômica do governo federal e da sociedade a política de informática.

Durante a década de 90, após a maior liberalização comercial, já estudada no capítulo anterior, a política de informática também sofreu mudanças. No início da década de 90, em

1991, uma nova lei de informática foi elaborada e aprovada pelo congresso, gerando modificações importantes para o setor, que buscavam uma maior inserção do setor de informática no comércio exterior e dar maior competitividade ao setor. Algumas das principais medidas adotadas nesta nova lei foram encontradas no site do Ministério de Ciência e tecnologia e se encontram abaixo sendo estas divididas entre os estímulos concedidos e a contrapartidas exigidas das empresas.

Estímulos :

- **Incentivos fiscais:** por meio do Decreto 792/93 contemplam-se, até 1999, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), propiciando redução de até 15% do custo final do produto.

- **Política de compras governamentais:** pela aplicação do Decreto 1.070/94, que dá ênfase à qualidade e à competitividade nas licitações, permite-se que o licitador público adquira o bem com melhor relação preço/desempenho, levando em conta não somente o preço do produto, mas também sua pontuação técnica.

contrapartidas:

- **Destinação de pelo menos 5% do faturamento bruto para atividades de P&D**, sendo 2% em convênio com universidades, institutos de pesquisa ou programas prioritários do Governo na área de informática.

- **Atendimento às regras do Processo Produtivo Básico**, que define critérios de industrialização mínima para cada classe de produto, em substituição ao conceito anterior de índice de nacionalização, permitindo focar em nichos da cadeia produtiva e a conseqüente seletividade de produtos, partes e peças a serem fabricados localmente;

- **Obtenção de certificação ISO 9000 dos Sistemas da Qualidade das Empresas**, em prazo não superior a dois anos.

Além destas medidas, o MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), através do BNDES e do FNEP, vem financiando a produção de bens e serviço em informática, fornecendo boas condições para compras de equipamentos e softwares produzidos no país. Além disso, estes estímulos vêm ajudando a conter em partes o nível de contrabando e pirataria destes produtos.

Atualmente com as negociações com o MERCOSUL, algumas medidas vêm sendo tomadas para ajustar a política de informática. As principais medidas são a revisão da legislação de propriedade intelectual e a desregulamentação da comercialização de software com o fim do exame de similaridade e de cadastramento. Além disso, as revisões tarifárias feitas em consequência das negociações do MERCOSUL, permitiram fazer um ajuste fino da abertura comercial iniciada em 1991. Algumas outras medidas de incentivos feitos pelo MCT, merecem destaque e foram novamente encontradas no site da instituição, e estão abaixo.

- **Rede Nacional de Pesquisa - RNP**, que visava implantar uma Internet para educação e pesquisa em todo o País;
- **Programa Temático Multiinstitucional em Ciência da Computação – PROTEM – CC** que visava estruturar e apoiar um modelo de pesquisa consorciada entre entidades acadêmicas e o setor privado;
- **Software para Exportação - SOFTEX** que visava estruturar e coordenar um esforço nacional para incrementar significativamente a exportação de *software* produzido no País; e
- **Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho - SINAPAD** que visava implantar um conjunto de centros prestadores de serviços de supercomputação no país.

Como resultado das medidas mencionadas acima o site coloca que a indústria de informática em 2000 apresentava uma geração de riqueza da ordem de 2,5% do PIB e vem crescendo com taxas médias anuais de 13% no período 93-99. Além disso, coloca também a entrada de 100 novas empresas de grande porte em diversas regiões do país e como resultado da medida de investimento de 5% do faturamento bruto das empresas no setor de P&B, já gerou o montante de R\$ 2,6 bilhões de investimento.

Conclusão

A parte final do trabalho está baseada no programa de diretrizes de política industrial, tecnologia e de comércio exterior, desenvolvido pelo governo federal. Por isso, esta parte do trabalho tem como objetivo utilizar como base todo o estudo apresentado nos capítulos anteriores para analisar a nova proposta do atual governo de uma política para o desenvolvimento da indústria no Brasil.

Neste documento o governo coloca a importância da estabilidade econômica como fator positivo para maior investimento, e também de medidas que estimulem o maior desenvolvimento da economia a serem adotadas tanto pelo governo como pela iniciativa privada. Para isso, o governo propõe medidas como aprimorar os marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura, medidas para estimular a competitividade e políticas voltadas para aumentar o volume de comércio exterior, com o objetivo de diminuir a razão entre a dívida externa e as exportações.

Sendo assim, a nova política industrial está voltada para a melhora do volume de comércio exterior, e para isso tem como objetivo estimular e dar competitividade ao setor produtivo. O documento também aponta para a visão do governo de uma integração entre as medidas de política industrial e as demais políticas da economia, um planejamento para os setores de infra-estrutura e uma maior integração regional diminuindo as grandes diferenças econômicas e sociais existentes entre os estados.

Outro ponto importante também colocado é o papel da tecnologia e da inovação como elemento fundamental para o desenvolvimento da indústria, e da importância de uma posição nacional sobre as áreas consideradas do futuro com a nanotecnologia, biotecnologia e de estudos de novos materiais. Para isso, propõe uma parceria da iniciativa privada e pública para aumentar os investimentos nos setores de P&D. Além disso, o governo considera que o desempenho externo da economia brasileira está abaixo do ideal e com uma estrutura baseada em poucas empresas e em produtos de baixa tecnologia, embora tenha potencial para mudar este fato.

Para a implementação das medidas de política industrial, o governo considera importante que esta seja baseada em uma análise das características setoriais, fazendo de forma diferenciada medidas para estimular indústrias com diferentes portes ou estrutura

produtiva, além de utilizar instituições estaduais e municipais buscando maior agilidade no processo de apoio governamental. Essas medidas, que buscam desenvolver a capacidade da indústria nacional com o objetivo de maior inserção no comércio internacional, leva em consideração todos os acordos feitos pelo governo brasileiro na OMC e para o MERCOSUL, fator cada vez mais importante para que o comércio internacional tenha regras claras e apresente maior desenvolvimento.

Um ponto importante destas diretrizes para uma nova política industrial é a exigência por parte do governo de um compromisso de metas de desempenho das empresas e indústrias beneficiadas, buscando um maior controle e eficácia das medidas adotadas. Além disso, os benefícios serão temporários e concedidos levando em consideração o respeito à legislação trabalhista, fiscal, ambiental e de práticas comutárias das empresas. Essas medidas são de grande importância na tentativa de não criar novamente uma proteção para a indústria de forma que não estimule seu desenvolvimento e que os benefícios sejam dados de forma não seletiva como foi feito em políticas industriais do passado.

Alguns pontos colocados no documento do governo em busca de maior competitividade da indústria nacional, e serão colocados abaixo.

- Sustentar a elevação do patamar de exportações, com a valorização de recursos e produtos brasileiros, aproveitando potencialidades para melhorar a imagem do país no exterior e ajudar a criar a “marca Brasil”
- Promover a capacidade inovadora das empresas via concepção, projeto e desenvolvimento de produto e processos. Estimular o incremento de atividades portadoras de futuro, como biotecnologia, software, eletrônica e optoeletrônica, novos materiais, nanotecnologia, energia renovável, biocombustíveis e atividades derivadas do protocolo de Kyoto.
- Contribuir para o desenvolvimento regional, estimulando iniciativas que valorizem a dimensão espacial e o fortalecimento de arranjos produtivos locais.
- Desenvolver projetos voltados para o consumo em massa. Ainda que a demanda seja o indutor dos investimentos, o objetivo é estabelecer padrões de qualidade, *design* e conteúdo que possibilitem simultaneamente exportações para países com padrão de

consumo e renda similares ao Brasil. Busca-se, com isso, auferir ganhos de escala e alcançar um padrão internacional de produto, reduzindo a dicotomia mercado de massas/mercado externo.

Com isso, a política industrial atual está apoiada em 5 pontos principais que serão analisados a seguir. O primeiro deles é o estímulo ao maior desenvolvimento da capacidade de inovação e de desenvolvimento tecnológico, onde o governo propõe a criação de um Sistema Nacional de Inovação, para gerar uma maior integração entre os centros de pesquisa e o setor industrial. Para isso, se propõe também a gerar condições institucionais e legais para a criação deste sistema.

O segundo ponto a ser mencionado são as medidas para a maior inserção no comércio internacional. Para isso, o governo adotará medidas como o apoio às exportações através de financiamento, simplificação do processo, desoneração tributária, estímulo e criação de centros de distribuição de empresas brasileiras no exterior, apoio à inserção em cadeias internacionais de suprimentos e o apoio à consolidação da imagem do Brasil e de marcas brasileiras no exterior. Além disso, o programa Brasil Exportador está sendo desenvolvido pelo MDIC e pela APEX, com o objetivo de intensificar a tecnologia dos produtos e processos ligados à exportação.

O terceiro ponto colocado é a modernização industrial, onde três pontos são de destaque para implementação destas medidas. Em primeiro lugar o governo propõe adotar programas setoriais para o desenvolvimento de equipamentos. O segundo ponto são políticas que devem ser feitas com dimensão regional aproximando as empresas e as instituições responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico e o último ponto é adotar medidas para grupos de empresas com problemas semelhantes, mesmo estas estando distantes geograficamente, exigindo uma integração entre as instituições federais estaduais e municipais.

A capacidade e escala produtiva é o quarto ponto colocado no documento, e busca uma atuação do governo para auxiliar nos casos onde os investimentos que devem ser feitos para o desenvolvimento da capacidade produtiva tem prazo muito longo, além de aprovar instrumentos legais para a obtenção de financiamento por consórcios de empresas e estimular a fusão ou a cooperação de empresas nacionais para que tenham maior atuação no mercado internacional.

O último ponto colocado é a escolha estratégica das áreas que serão alvo das medidas colocadas acima, sendo os critérios de escolha colocados abaixo.

- Apresentam dinamismo crescente e sustentável.
- São responsáveis por parcelas expressivas dos investimentos internacionais em pesquisa e desenvolvimento.
- Abrem novas oportunidades de negócio.
- Relacionam-se diretamente com a inovação de processos, produtos e formas de uso.
- Promovem o adensamento do tecido produtivo
- São importantes para o futuro do país e apresentam potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas.

Com isso está traçada a forma como o governo atual propõe o desenvolvimento da política industrial do país. Analisando estas mediadas diante de todo o estudo apresentado anteriormente, o governo demonstra estar comprometido com o aumento da participação brasileira no comércio exterior, estimulando a maior competitividade da indústria brasileira para que ocorra um maior desenvolvimento tecnológico da nossa indústria.

Por isso, a proposta do governo reflete um novo conceito de presença do estado no estímulo a indústria, onde agora, mesmo para setores novos e de alta tecnologia a proposta é criar condições para que estes se desenvolvam, mas sem criar no longo prazo indústrias com baixa competitividade e estímulos não seletivos feitos pelo governo. Além de demonstrar também, com clareza, a idéia de interação entre as políticas de desenvolvimento industrial e outras políticas macroeconômicas, fato este que é de grande importância, já que muitas vezes vimos o planejamento industrial ser abandonado em consequência de ajuste de outros fatores macroeconômicos.

Com isso espera-se que as medidas sejam adotadas e que sejam feitas de forma duradoura para que a indústria nacional e o setor produtivo apresentem um programa para seu desenvolvimento e com isso consiga gerar condições para o crescimento da indústria. Lembrando que tanto o cenário macroeconômico é importante para que a política industrial seja bem sucedida, como esta através da criação de empregos, incorporação de tecnologia,

aumento das exportações e de dar capacidade de criar no Brasil inovação e produção tecnológica é essencial para outros fatores macroeconômicos.

Bibliografia

ABREU, M.P., A Ordem do Progresso – Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

CLINE, W. R., Informática e Desenvolvimento – Política Comercial e Industrial na Argentina, Brasil e México. – Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

GIAMBIAGI, F., ALÉM, A.C., Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil – Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

LAGO, L. A.C., ALMEIDA, F. L., LIMA, B. M. F., A Indústria Brasileira de Bens de Capital – Rio de Janeiro: FGV, 1979.

MOREIRA, M. M., CORREA, P. G., Abertura Comercial e Indústria: O Que Se Pode Esperar e o Que Se Vem Obtendo, texto para discussão, BNDES, Out/96, n° 49.

RATTNER, H., Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo – Rio de Janeiro, FGV, 1972.

SILVA, S., Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil – São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVEIRA, I., O Setor de Bens de Capital, texto para discussão, BNDES, 2001.

SUZIGAN, W., A Indústria Brasileira Após uma Década de Estagnação, texto para discussão UNICAMP, Fev/ 92, n° 5.

SUZIGAN, W., VILLELA, A. V., Industril Policy in Brazil – São Paulo: UNICAMP, 1997.

VERMULM, R., O Setor de Bens de Capital, USP, Abr/93.

Endereços Eletrônicos

<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/industri/politica/index.htm>

<http://www.mct.gov.br/Temas/info/pni/pni.htm>